



SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES - SUPEL

Senhor Pregoeiro,

A **ARAÚNA SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.900.474/0001-40, sediada à Rua Curitiba, nº 5423, bairro Planalto, Rolim de Moura/RO, CEP 76.940-000, por sua representante legal, apresenta, com fundamento no § 1º do art. 41 da Lei 8.666/93, c/c o art. 24 do Decreto federal nº 10.024/2019 e no art. 18 do Decreto estadual nº 12.205/2006,

IMPUGNAÇÃO

ao edital do **Pregão Eletrônico** Nº. 156/2020/CEL/SUPEL/RO Processo Eletrônico: 0026.343281/2020-56/SEAS., o que faz nos termos seguintes.

TEMPESTIVIDADE E LEGITIMIDADE

Nos termos do disposto do Edital e art. 42 da Lei de Licitações, toda e qualquer licitante pode impugnar o presente instrumento convocatório em até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura do certame. Portanto, considerando que o CNPJ da impugnante contempla o objeto licitado, demonstrada a legitimidade e tempestividade da presente impugnação.

FUNDAMENTOS DA IMPUGNAÇÃO

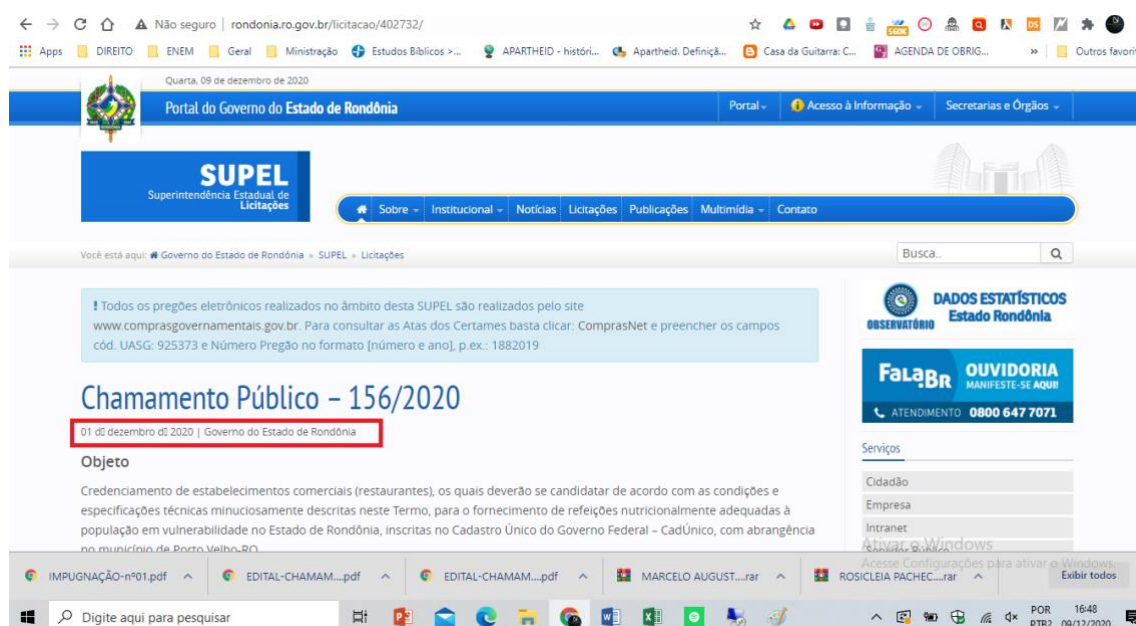
Os princípios que regem as licitações públicas vêm insculpidos no art. 37 da Constituição Federal de 1988, bem como no art. 3º da Lei nº. 8.666/93, com destaque à supremacia do interesse público na BUSCA DA PROPOSTA MAIS VANTAJOSA, para isso é essencial que o Licitante traga a descrição completa e detalhada do objeto, de modo a não surpreender o contratado com exigência inexequíveis.

No caso em análise, para que tal objetivo seja alcançado, imperioso superar algumas restrições e ilegalidades que maculam o certame, conforme passa a demonstrar.



DA NÃO OBSERVÂNCIA DO PRAZO MÍNIMO PARA PUBLICIDADE

Como se sabe o chamamento público deve observar o prazo de no mínimo 15 (quinze dias) nos termo do Art. 5º Parágrafo Único da Portaria Interministerial nº 492/2011 (convênios/projetos), prazo não respeitado no certame em discussão uma vez que publicado dia 01 de Dezembro de 2020 com sessão marcada para 14 de Dezembro, veja:



Evidente, a falta de publicidade mínima para o chamamento devendo ser suspenso e publicado em respeito ao dispositivo legal, de modo a não infringir o princípio da publicidade.

IMPOSSIBILIDADE DE FORMULAÇÃO DA PROPOSTA

No caso em tela, o edital se mostrou pouco detalhado e específico, trazendo informações não claras sobre como se dará a execução do objeto.

A Administração Pública ao publicar um Edital de seleção de empresa privada deve sempre se ater aos princípios norteadores da Lei de Licitações:



da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos (art. 3º, Lei 8666/93).

Assim, o Edital publicado deve ser CLARO, OBJETIVO e PRECISO, afastando-se a possibilidade de utilização de critérios subjetivos ou que gerem qualquer dúvida.

Ao delimitar o objeto é essencial que o contratante estipule de forma clara os requisitos mínimos necessários para execução do objeto, para que se possa delimitar o valor das propostas.

No caso em tela, temos um edital, suscinto e não acompanhado de Planilha de preço, anexo obrigatório nos termos da Lei de licitações 8.666/93, veja:

Art. 40. O edital conterá no preâmbulo o número de ordem em série anual, o nome da repartição interessada e de seu setor, a modalidade, o regime de execução e o tipo da licitação, a menção de que será regida por esta Lei, o local, dia e hora para recebimento da documentação e proposta, bem como para início da abertura dos envelopes, e indicará, obrigatoriamente, o seguinte:

(...)

§ 2º Constituem anexos do edital, dele fazendo parte integrante:

II - orçamento estimado em planilhas de quantitativos e preços unitários;

Como se não bastasse, o edital e termo de referência, não trazem as especificações mínimas de metragem do local, se as refeições serão



realizadas por meio de entrega ou em restaurante com estrutura para comportar determinado número de pessoas, estimativa de quantas refeições serão fornecidas ou distribuídas por cada contratado, região da cidade para fornecimento, quantidade de banheiros no local etc.

Além do mais, indicações mínimas de logística influenciam diretamente no orçamento do certame, sem os quais os proponentes se veem sem parâmetros para formulação dos preços.

Desta forma a ausência de especificações mínimas inviabilizam a formação dos preços, não bastando apenas que se traga o preço estimado em edital, mas fundamental o anexo com planilhas de formação de preços para que se entenda a composição dos custos. Pelo exposto deve ser suspenso o referido certame para perfeita adequação dos requisitos que permeiam a contratação.

DA MODALIDADE, TIPO DE LICITAÇÃO.

Ao instaurar um processo licitatório, a Administração Pública possui um rol legal de modalidades de procedimento específicas para cada caso do processo de compras do órgão.

Como cerne à Administração Pública, a Constituição Federal, no *caput* do artigo 37, determinou que:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte (...)

Hely Lopes Meirelles define o princípio constitucional da eficiência como:



(...) o que se impõe a todo o agente público de realizar suas atribuições com presteza, perfeição e rendimento profissional. É o mais moderno princípio da função administrativa, que já não se contenta em ser desempenhada apenas com legalidade, exigindo resultados positivos para o serviço público e satisfatório atendimento das necessidades da comunidade e de seus membros”, e acrescenta que “o dever da eficiência corresponde ao dever da boa administração. (MEIRELLES, 2002).

Em suma, é dever da Administração Pública, não somente respeitar a legislação, mas também **escolher o procedimento mais eficiente para obtenção de seu objeto**, da melhor forma possível, sempre perseguindo o interesse público.

Dentre as diversas modalidades de licitações regulamentadas pelo ordenamento jurídico, **o Chamamento Público não faz parte do rol especificado na Lei 8666/93. Isso porque, na verdade, o chamamento público não é uma licitação pública. É um procedimento semelhante, que possui características e princípios similares às licitações.**

O Chamamento Público possui uma legislação própria, a Lei 13.019/14. O art. 2º inciso XII da citada Lei assim preleciona:

*Art. 2º
(...)
XII - chamamento público: procedimento destinado a selecionar organização da sociedade civil para firmar parceria por meio de termo de colaboração ou de fomento, no qual se garanta a observância dos princípios da isonomia, da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos;*



Assim, **o Chamamento Público trata-se de uma modalidade simplista para contratação de uma empresa parceira (Organização da Sociedade Civil).**

Por óbvio, esta modalidade está longe de ser a mais adequada para execução de Objeto de tamanha Responsabilidade uma vez que se trata de NUTRIÇÃO de milhares de pessoas, sendo matéria de SAÚDE PÚBLICA veja Obejto: *Credenciamento de estabelecimentos comerciais (restaurantes), os quais deverão se candidatar de acordo com as condições e especificações técnicas minuciosamente descritas neste Termo, para o fornecimento de refeições nutricionalmente adequadas à população em vulnerabilidade no Estado de Rondônia, inscritas no Cadastro Único do Governo Federal – CadÚnico, com abrangência no município de Porto Velho-RO.*

Logo, por se tratar de certame de tamanha dimensão é notório a necessidade de adequação para modalidade licitatória de maior complexidade, para que se assegure o perfeito fornecimento do objeto de caráter alimentar.

Desse modo, a escolha da modalidade para a contratação do objeto discriminado no Edital se mostra completamente incompatível com as características e as finalidades do referido procedimento de seleção, de forma que necessária a alteração do Edital para posterior adequação do certame à modalidade legalmente admissível para o objeto delimitado.

Desta feita, insistindo no Chamamento Público, sem a complexidade devida na seleção da empresa, **o contratante ABRE MÃO da escolha da melhor empresa especializada para prestar o mencionado serviço, em detrimento do menor preço, infringindo o princípio constitucional da eficiência e deixando de lado a escolha do melhor fornecedor, colocando em risco a saúde pública.**



DA AUSÊNCIA DE INFORMAÇÕES PARA IMPUGNAÇÃO

Cabe frizar o desrespeito ao princípio da moralidade administrativa, publicidade e eficiência, uma vez que o edital não trouxe os canais de atendimento para protocolo de impugnação, tardando e dificultando o exercício de direito básico do direito público, veja o que dispõe a lei de licitações

Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

A ausência de meios para impugnação coloca em dúvida sobre a lealdade das cláusulas dispostas, abrindo margem para possíveis irregularidades.

DOS PEDIDOS

Por todo exposto requer a imediata suspensão de certame de modo a regularizar as inconformidades expostas, por total desrespeito a legislação e princípios da administração pública, ainda mais se tratando de matéria de saúde pública.

Rolim de Moura, 09 de Dezembro de 2020

ARAUNA SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA.